



Relatório de Disciplina de Mercado

para o exercício findo em 30 de Junho de 2015

Montantes expressos em milhares de Meticals

Declaração das responsabilidades do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras anuais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs) que dão uma imagem fiel da situação financeira do FNB Moçambique, S.A. ("o banco") no termo do período findo em 30 de Junho de 2015, bem como dos seus resultados e fluxos de caixa do exercício e informações contidas no Relatório de Disciplina de Mercado.

Na preparação das demonstrações financeiras semestrais e Relatório de Disciplina de Mercado, foram aplicadas políticas contabilísticas adequadas, foram feitas estimativas razoáveis e foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto que é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna. O Conselho de Administração aprova mudanças significativas nas políticas contabilísticas, no entanto, não houve alterações às políticas contabilísticas durante o período findo em 30 de Junho de 2015.

O Conselho de Administração compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do período subsequente àquele a que o Relatório de Disciplina de Mercado se refere.

Para permitir ao Conselho de Administração cumprir estas responsabilidades: O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do banco. Para possibilitar os administradores a cumprirem com estas responsabilidades, o Conselho de Administração estabeleceu as normas para o controlo interno por forma a reduzir o risco de erro ou perda de uma forma rentável. As normas incluem a delegação de responsabilidades dentro de um padrão claramente definido, procedimentos contabilísticos e uma adequada segregação de funções, por forma a assegurar um nível aceitável de risco. O foco da gestão de risco na empresa centra-se na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco em todo o banco.

A função de auditoria interna do banco, que funciona de forma livre e independente da gestão operacional e tem acesso irrestrito ao Comité de Auditoria, analisa, avalia e, quando necessário, recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade.

O Comité de Auditoria, juntamente com os auditores internos e externos, desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo financeiro e interno, às políticas contabilísticas, à prestação e divulgação de informações. Com base nas informações e explicações dadas pela Administração do banco e pela Auditoria Interna, nada chegou ao conhecimento do Conselho de Administração para indicar que os controlos internos são insuficientes e que os registos financeiros não possam ser invocados na preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as NIRFs e o Relatório de Disciplina de Mercado em conformidade do Aviso 19/GBM/2013 do Banco de Moçambique e manter a prestação de contas de activos e passivos do banco. Nada chegou ao conhecimento do Conselho de Administração a indicar qualquer falha no funcionamento dos controlos internos, resultando em uma perda material para o banco, durante o ano em análise.

Âmbito de aplicação

FNB Moçambique S.A. (banco) é uma banco criado em Moçambique e tem a sua sede situada na Avenida 25 de Setembro Nº 420, em Maputo. O FNB Moçambique, S.A. iniciou a sua actividade em Maio de 2001, com o nome BDC - Banco de Desenvolvimento e Comércio, SARL. Em Julho de 2007, o FirstRand Moçambique Holdings, Lda adquiriu 80% das acções do BDC, passando a designar-se FNB Moçambique, S.A.

Estrutura de capital

Sendo Moçambique um mercado importante para a FirstRand Moçambique Holdings, Lda, em Outubro de 2007, adquiriu 9,99995% das acções que pertenciam ao Banco Efisa, aumentando desta forma a sua participação no capital para 89,99994%. sendo que o Sr. John Macaskill, quadro sénior do Grupo FirstRand adquiriu 0,00006% do remanescente das acções que pertenciam ao Banco Efisa. Em Julho de 2014, o FirstRand Investment Holdings Proprietary Limited adquiriu 0,00006% das acções do John Macaskill. Ao longo de 2014 os accionistas do FNB Moçambique realizaram um aumento de capital traduzindo, deste modo, o compromisso dos accionistas em investir na expansão e modernização do banco para o fortalecimento da sua posição no mercado. O capital social do FNBM aumentou de 777,55 milhões de Meticals para 1,459,55 milhões de Meticals em Julho de 2014.

Acções ordinárias

14 595 469 (2013: 7 775 470) acções ordinárias de MT 100 cada, autorizadas e emitidas (sem acções não emitidas)

Accionista	30-06-2015	30-06-2014
FirstRand Moçambique Holdings (90,00% - 13.135.913 acções)	1,313,591	699,792
GCP - Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais (10,00% - 1.459.547 acções)	145,955	77,755
FirstRand Investment Holdings Proprietary Limited (0,00% - 9 acções)	1	0
	1,459,547	777,547

Em Julho de 2014, o banco emitiu 682.000 milhares de meticals em novas acções (6.820.000 acções de MT 100 cada) subscritos pelos accionistas em termos iguais.

Gestão do capital

Os objectivos do banco relativamente à gestão do capital (que é um conceito mais amplo do que os fundos próprios evidenciados no balanço), são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, instituição responsável pela regulação do sector de actividade onde o banco opera;
- Salvaguardar a capacidade do banco em termos de continuidade das suas operações de forma que possa continuar a gerar resultados para os accionistas e benefícios aos restantes interessados, e
- Manter uma forte estrutura de capital que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação dos níveis de capital e a sua manutenção para efeitos reguladores é objecto de monitoria regular por parte da direcção do banco, utilizando esta, para o efeito, técnicas baseadas nas instruções recebidas do banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o banco Central numa base mensal. o banco Central requer que cada Banco ou Grupo financeiro:

- Mantenha um valor mínimo de capital regulamentar no montante de 70.000.000 de Meticals; e
- Mantenha um rácio de adequação do capital regulamentar igual ou superior a um mínimo de 8%.

O capital regulamentar do banco é apurado de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto nos Avisos nºs. 11/GBM/2013 até 16/GBM/2013 do banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de Base (TIER I) com os fundos próprios complementares (TIER II):

O quadro abaixo sumariza a decomposição do capital regulamentar e os rácios do banco para os exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014. Durante estes dois anos, o banco cumpriu integralmente com todos os requisitos a que esteve sujeito em termos do seu capital.

	30-06-2015	30-06-2014
Acções ordinárias	1,459,547	777,547
Reservas	82,249	82,249
Resultados transitados	-	-
Capital Nível 1	1,541,796	859,796
Activos intangíveis	(42,070)	(20,836)
Passivos subordinados	38,970	31,320
Excesso do limite de crédito	1,148	1,080
Outras deduções ao crédito	(568,867)	(130,610)
Capital regulamentar	(570,820)	(119,046)
Exposições registadas no balanço	8,262,991	7,410,047
Exposições não registadas no balanço	930,459	1,228,290
Risco operacional	123,520	91,271
Risco de Mercado	233,231	343,713
Total do risco ponderado dos activos	9,550,201	9,073,321
Rácio de solvabilidade	10.17%	8.16%

Risco de solvência

O capital e a manutenção de níveis adequados de reservas são evidência do compromisso dos accionistas em assegurar a continuidade das operações e a solvência do banco. O risco de solvência é medido pelo rácio de adequação de capital, o qual requer que o capital seja mantido em relação às classificações do risco ponderado do activo. O banco e os seus accionistas assumiram o compromisso de reter um capital suficiente para manter o rácio de adequação acima dos níveis exigidos pelo banco de Moçambique, o qual se encontra fixado em 8%. O rácio de solvabilidade do banco em 30 de Junho de 2015 era de 10.17% (30 de Junho 2014: 8.16%).

Adequação de capital

O objectivo global de gestão do capital e processo de auto-avaliação da adequação do capital interno do FNB Moçambique é manter os rácios de capital e uma forte classificação de crédito. Estes objectivos devem garantir a confiança na solvência e qualidade do capital no banco durante os períodos de calma e de stress da economia e dos mercados financeiros, apesar de ainda disponibilizar um retorno adequado aos

seus accionistas. Para o alcance deste objectivo, a FNB Moçambique procura:

- Estabelecer estruturas, políticas e procedimentos para a gestão eficaz da procura e fornecimento do capital;
- Criar e gerir uma carteira de negócios e seus riscos, através de:
 - Alocação de capital activo que apoia a estratégia do grupo e apetite de risco;
 - Optimização da combinação do capital dentro dos limites regulamentares e outros; e
 - Gestão activa da estrutura da sua base de capital para garantir que continue eficaz enquanto cria valor para os seus accionistas.
- Manter o capital suficiente para satisfazer:
 - Os requisitos regulamentares do capital;
 - Os requisitos do capital interno; e
 - O apetite de risco do Grupo.
- Operar em níveis de capital acima dos requisitos mínimos, a fim de explicar e suportar o impacto de um evento de esforço grave;
- Assegurar uma cobertura sustentável de dividendos com base em lucros normalizados sustentáveis, tendo em conta:
 - Lucros voláteis criados pela contabilização do valor justo (quando aplicável);
 - Lucros previstos sobre o capital empregado; e
 - Requisito de crescimento orgânico e uma margem de segurança para flutuações imprevistas nos planos de negócios.
- Avaliação de desempenho ajustado ao risco.

Objectivos e políticas de gestão do risco financeiro

As actividades do banco originam exposição a riscos de diversa ordem e exigem uma gestão profissional dos mesmos. As principais funções do banco em termos de gestão de risco consistem em identificar a totalidade dos riscos-chaves para o banco, mensurar esses riscos, gerir as posições de risco e determinar as alocações adequadas de capital. O banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados por forma a considerar alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

O objectivo do banco é o de atingir um equilíbrio permanente entre risco / retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro. o banco define risco como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas ou a falta de obtenção de ganhos, as quais podem ser causadas por factores internos ou externos.

Uma gestão de riscos eficiente é crucial numa organização complexa como o banco. Uma cultura de gestão de risco robusta e sólida assegura que sejam tomadas decisões de negócio adequadas, por forma a equilibrar os diversos riscos inerentes a qualquer transacção ou recompensa. Um conhecimento e cumprimento da cultura de risco são parte integrante das actividades quotidianas do banco.

O Conselho de Administração do banco reconhece ser responsável, em última instância, por se justificar perante os accionistas relativamente:

- Ao processo de gestão de riscos e aos sistemas de controlo interno;
- À identificação, avaliação e gestão dos riscos significativos a que o banco se encontra exposto;
- A assegurar a existência e manutenção de um sistema de controlo interno adequado que permita reduzir a um nível aceitável os riscos significativos a que o banco se encontra exposto;
- A assegurar que existe um processo documentado e testado que permite ao banco continuar os seus processos comerciais críticos, mesmo em casos de ocorrência de incidentes que tenham impacto nas actividades por si desenvolvidas; e
- A rever o sistema de controlo interno quanto à sua efectividade e eficiência.

A Administração define, por escrito, as principais políticas de gestão de risco, assim como políticas que visam cobrir áreas específicas, tais como risco cambial, risco de taxas de juro, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivados e não derivados. Adicionalmente, a função de auditoria interna é responsável pela revisão independente da gestão de riscos e dos controlos implementados.

Os principais tipos de risco a que o banco se encontra exposto são o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e o risco operacional.

Estas notas apresentam a exposição do banco face a tipos de riscos abaixo indicados, os objectivos do banco, políticas, processos para mensuração e gestão dos referidos riscos.



Relatório de Disciplina de Mercado

para o exercício findo em 30 de Junho de 2015

Montantes expressos em milhares de Meticals

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco que o banco tem de sofrer perdas financeiras, se um dos seus clientes ou uma outra entidade não cumprir com as suas obrigações. O risco de crédito provém essencialmente dos empréstimos comerciais e de consumo, adiantamentos, cartões de crédito e outros compromissos relacionados com créditos relacionados com tais actividades, como os derivados do crédito, garantias bancárias, cartas de crédito, endossos e avales.

Sendo o risco de crédito o maior risco do banco, a direcção gere a sua exposição cuidadosamente. A gestão e o controlo do risco de crédito são supervisionados por uma equipa de gestão de risco de crédito, que reporta à Administração e aos responsáveis de cada área. O banco gere as carteiras de crédito com especial atenção às interações entre as várias equipas envolvidas na gestão do risco. Estas acções melhoraram com a adopção de procedimentos contínuos, termos de metodologias e ferramentas para a avaliação e controlo dos riscos, a reforma dos procedimentos do departamento de crédito e a introdução de técnicas desenvolvidas pelo Grupo FirstRand.

Gestão do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos (incluindo empréstimos acordados e garantias)

A estimativa de exposição de crédito é complexa e requer o uso de modelos, uma vez que o valor de um produto varia em função das mudanças das variáveis do mercado, fluxos de caixa esperados e a passagem do tempo. A avaliação de risco de crédito de uma carteira de activos implica posteriores estimativas sobre a probabilidade de falhas que possam ocorrer das taxas de perda associadas e falhas na correlação entre as contrapartes.

O banco desenvolveu um modelo de apoio à quantificação do risco de crédito. Este modelo de avaliação e pontuação está em uso para todas as carteiras de crédito e forma a base para mensuração dos padrões de riscos. Ao mensurar os riscos de crédito dos empréstimos e adiantamentos a nível da contraparte, o banco considera três componentes:

- A "probabilidade de incumprimento" por parte do cliente ou contraparte das suas obrigações contratuais;
- A exposição actual da contraparte e o seu provável futuro desenvolvimento, do qual deriva "a exposição ao incumprimento" que poderá afectar o banco; e
- A taxa provável de recuperação das obrigações em mora ("loss given default").

O modelo é revisto regularmente, de modo a monitorar a sua robustez em relação ao desempenho actual e é alterado, quando necessário, conforme necessário para otimizar a sua eficácia.

(i) Probabilidade de incumprimento (PD)

A probabilidade de incumprimento é definida como sendo a probabilidade de incumprimento por contraparte, de qualquer uma das suas obrigações durante o próximo ano e é uma forma de avaliação da capacidade e vontade da contraparte em reembolsar os empréstimos contraídos. O incumprimento neste contexto é definido em duas dimensões:

- Derivado do tempo: a contraparte está em mora de pelo menos uma prestação ou regularização do seu saldo em descoberto; e
- Derivado de um evento: o banco tem razão para acreditar que o empréstimo não será recuperado na sua totalidade, e classifica-o como tal (inclui a perda do capital ou juros, bem como a reestruturação das prestações que resultam numa perda para o banco).

O banco aplica esta definição de incumprimento de forma consistente em todas as carteiras de crédito bem como no reconhecimento de empréstimos em mora (non-performing loans) para fins contabilísticos.

(ii) Exposição ao incumprimento (EAD)

A exposição ao incumprimento (EAD) de um determinado empréstimo é definida como sendo a exposição esperada a que o banco pode estar sujeito, em caso de incumprimento no pagamento dos empréstimos pela contraparte no ano seguinte. Reflecte os compromissos assumidos e as facilidades concedidas pelo banco, que não foram pagas e que podem ser diluídas durante o período de tempo em análise (exposições não reconhecidas no balanço). Também mensura a exposição potencial face à posição dos derivados.

O banco adoptou um modelo EAD adaptado às respectivas carteiras e aos produtos utilizados. Estes foram desenvolvidos internamente e são revistos em função da informação história dos incumprimentos.

(iii) Perdas derivadas do incumprimento (LGD)

A perda derivada de um incumprimento é a terceira maior componente de risco de crédito estimado pelo banco em função do seu modelo interno. É definida como sendo uma perda económica que se espera que o banco venha a sofrer, num determinado empréstimo, devido ao incumprimento da contraparte, e é normalmente expresso como sendo uma percentagem do valor de exposição em pendente na altura do incumprimento.

Na maioria das carteiras, o LGD depende do tipo, qualidade, e nível de subordinação e o valor da garantia em poder do banco em comparação com o nível de exposição total,

bem como a efectividade do processo de recuperação e o período do fluxo de caixa recebido durante o trabalho ou processo de reestruturação.

Os modelos de avaliação do LGD desenvolvidos internamente são utilizados para avaliação das carteiras de crédito, que foram desenvolvidos internamente e são revistos em função das experiências internas e externas.

Mecanismos de controlo do limite de risco de crédito e políticas de mitigação

O banco gere os limites e controla as concentrações de risco de crédito onde quer que estejam identificados (em particular, a contrapartes individuais e grupos, e às indústrias). O banco estrutura os níveis de risco de crédito aceitáveis estabelecendo limites no valor do risco aceite, em relação ao cliente ou grupo de clientes que contraem empréstimos e também em função dos segmentos industriais e geográficos. Estes riscos são supervisionados numa base periódica e sujeitos a uma revisão anual ou em período inferiores, quando necessário. Os limites no nível de risco de crédito por produto e sector industrial são reportados ao Conselho de Administração, trimestralmente. Qualquer ajuste a estes limites é efectuado e aprovado individualmente.

A exposição de qualquer cliente, incluindo bancos e correctores, é restringida pelos sub-limites que cobrem os riscos reconhecidos e não reconhecidos, no balanço e os limites diários de risco em relação a itens de negociação, tais como contratos cambiais a termo (forwards). A exposição actual contra os limites é supervisionada diariamente. A exposição ao risco de crédito é periodicamente gerida através da análise da capacidade dos clientes de liquidar as prestações mensais em dívida, e alterando os limites do empréstimo quando necessário.

Os limites de crédito são revistos em função da evolução das condições económicas, de mercado, análises de crédito e avaliações periódicas da probabilidade de incumprimento.

Alguns controlos específicos e medidas de mitigação são descritos abaixo:

(a) Garantias

O banco implanta diversas políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais tradicional delas é a obtenção de garantias sobre os empréstimos concedidos, que é uma prática comum. O banco implementou orientações sobre a aceitabilidade das classes específicas de garantia suplementares ou de redução de risco de crédito.

Os principais tipos de garantia para empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre imóveis;
- Penhor sobre os bens comerciais, como propriedade, inventário e contas a receber;
- Penhor sobre instrumentos financeiros, tais como títulos de dívida e capital, e
- Garantias dos accionistas (de empresa ou pessoais).

Por norma são obtidas garantias para financiamentos de longo prazo e para financiamentos concedidos a empresas. Não constitui procedimento regular a exigência de garantias aquando da concessão de créditos a particulares. Adicionalmente, de modo a minimizar o risco de perda de crédito, o banco procurará obter garantias adicionais da contraparte, logo que sejam conhecidos indicadores de imparidade sobre empréstimos e adiantamentos relevantes concedidos a particulares.

(b) Compromissos relacionados com o crédito

O principal objectivo deste tipo de instrumentos é o de garantir a disponibilidade de fundos para determinado cliente quando este deles necessita. O banco atribui às garantias concedidas e cartas de crédito o mesmo risco de crédito que atribui aos financiamentos. Os créditos documentários e as cartas de crédito, que representam compromissos escritos assumidos pelo banco em nome de um cliente, autorizando uma terceira entidade a obter fundos do banco até um valor previamente estipulado mediante termos e condições específicas, são garantidos pelo valor dos bens adquiridos a que respeitam os pagamentos e, conseqüentemente, apresentam um grau de risco menor do que o atribuído a um financiamento directo.

Compromissos para extensão de crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações para extensão de crédito sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que se refere ao risco de crédito relacionado com os compromissos para aumentar o crédito, o banco está potencialmente exposto a uma perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável de perda é menor do que o total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar crédito está sujeita à manutenção, pelos clientes dos padrões de crédito específicos (referida muitas vezes como compromissos financeiros). O banco supervisiona o período de maturidade dos compromissos de crédito, uma vez que os créditos a médio ou longo prazo apresentam um nível de risco maior que os de curto prazo.

Qualidade do crédito

(a) Empréstimos e adiantamentos vencidos, mas não em imparidade (montantes brutos)

Os adiantamentos são considerados vencidos quando não foi cumprida a data específica acordada para a sua amortização ou quando não tiverem sido pagas as prestações regulares previstas para a sua amortização. Um empréstimo a pagar à vista é classificado como vencido quando uma cobrança, apesar de efectuada, não é feita de acordo com os requisitos que haviam sido estabelecidos para o efeito. A análise por idade dos créditos, das exposições classificadas como vencidas à data de 30 de Junho é apresentada no quadro a seguir:

30 de Junho de 2015	Nem vencidos nem com imparidade	Vencido mas não em imparidade				Total
		1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias	Em imparidade	
Antiguidade de crédito						
Empresas	5,279,493	42,397	20,592	88,553	153,112	5,584,147
Retalho	1,099,675	8,902	4,137	58,318	105,055	1,276,087
Total	6,379,168	51,299	24,729	146,871	258,167	6,860,234

30 de Junho de 2014	Nem vencidos nem com imparidade	Vencido mas não em imparidade				Total
		1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias	Em imparidade	
Antiguidade de crédito						
Empresas	4,246,655	72,336	17,137	46,271	96,829	4,479,228
Retalho	1,390,835	20,208	4,783	37,592	52,433	1,505,851
Total	5,637,489	92,544	21,920	83,863	149,263	5,985,079

Aquando do reconhecimento inicial dos empréstimos e adiantamentos, o justo valor da garantia é calculada com base em técnicas de avaliação comumente utilizadas para os activos correspondentes. Em períodos subsequentes, o justo valor é avaliado tendo como referência os preços de mercado ou índices dos activos similares.

(b) Empréstimos e adiantamentos com imparidade individual

O valor bruto dos clientes com imparidade individual, no total da carteira de crédito do banco, e o montante de colaterais que o banco possui para minimizar o risco de crédito dos mesmos clientes, encontra-se abaixo indicado:

	30-06-2015	30-06-2014
Valor bruto	6,860,234	5,985,079
Empréstimos com imparidade individual	118,738	75,675
Justo valor das garantias	908,535	198,614

(c) Empréstimos e adiantamentos renegociados

As actividades de reestruturação incluem reescalonamento das prestações a pagar, aprovação de planos de gestão externos, alteração e diferimentos de pagamentos. As políticas e



Relatório de Disciplina de Mercado

para o exercício findo em 30 de Junho de 2015

Montantes expressos em milhares de Meticals

práticas de reestruturação são baseadas em indicadores e critérios que indicam que os pagamentos irão ser realizados. Estas políticas são periodicamente revistas. As reestruturações dos créditos ocorrem normalmente com os créditos a prazo.

O montante dos empréstimos renegociados e mantidos pelo banco à data de 30 de Junho de 2015 que se encontravam vencidos ou que apresentavam indícios de imparidade, ascendia a 179.280 milhares de Meticals (30 de Junho de 2014: 209.508 milhares de Meticals).

Políticas de provisão e imparidade

O banco estabelece uma provisão para perdas por imparidade que representa a sua estimativa de perdas na sua carteira de crédito. As principais componentes desta provisão são as perdas específicas relacionadas com o risco de crédito específico e a provisão para grupo homogéneo de créditos, nas situações em que as perdas tenham sido incorridas e não identificadas na avaliação individual.

As provisões para imparidade são reconhecidas para efeitos de relato, apenas quando incorridas na data de relato e exista uma evidência efectiva de imparidade, que é determinada com base nos seguintes critérios definidos pelo banco:

- Incumprimento contratual no pagamento do capital ou juros;
- Evidência de dificuldades de tesouraria por parte do cliente (ex: Rácio de solvabilidade; resultados líquidos sobre as vendas);
- Quebra dos termos do contracto;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do cliente;
- Deterioração do justo valor da garantia; e
- Descida para um nível abaixo do elegível para concessão de um empréstimo.

As normas do banco exigem a revisão anual dos activos financeiros individuais que estejam acima do limiar de materialidade e com antiguidade superior a 90 dias, em períodos inferiores, sempre que se justifique. O cálculo da imparidade das contas individuais é determinado com base na avaliação das perdas à data do relato. São determinados individualmente, caso a caso. Nestas avaliações são consideradas as garantias em posse do banco e as receitas previstas da conta individual.

As provisões de imparidade colectivas são constituídas para:

- As carteiras de activos homogéneos que individualmente encontram-se abaixo do nível de materialidade; e
- As perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas com base na informação histórica disponível, o julgamento técnico e técnicas estatísticas.

Exposição máxima do risco de crédito antes da garantia ou outras melhorias de crédito

Exposição ao risco de crédito relativo a activos reconhecidos no balanço são os seguintes:

	30-06-2015	30-06-2014
Caixa e equivalentes de caixa	2,097,914	2,226,399
Activos financeiros disponíveis-para-venda	8,713	8,713
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	1,857,812	1,012,812
Créditos a clientes	6,602,067	5,835,817
Contas a receber	81,355	94,718
Total	10,647,861	9,178,459

Exposição ao risco de crédito relativo a itens não reconhecidos no balanço são os seguintes:

	30-06-2015	30-06-2014
Garantias prestadas	780,710	1,102,341
Linhas de crédito não utilizadas	1,218,801	921,830
Cartas de crédito	100,997	89,076
Total	2,100,508	2,113,248

Os quadros acima representam o pior cenário de exposição do banco em termos de risco de crédito à data de 30 de Junho de 2015 e 2014, não tendo sido considerado o justo valor das garantias ou colaterais obtidos. Relativamente aos activos reconhecidos no Balanço, a exposição acima apresentada é feita com base no valor líquido contabilístico registado.

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e manter, ao nível mínimo para o banco, a exposição ao risco de crédito que resulte da carteira de empréstimos e adiantamentos efectuados. Esta posição consubstancia-se no facto de o banco ter introduzido um processo de selecção mais rigoroso sobre a concessão de empréstimos e adiantamentos.

Risco de mercado

O banco assume a exposição ao risco de mercado. O risco de mercado é decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas mediante movimentos desfavoráveis no mercado. É o risco de perder dinheiro resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um instrumento. Verifica-se a existência de risco de mercado em instrumentos como sejam acções, fundos, papel comercial, obrigações, tomadas / cedências, operações cambiais à vista e a prazo, derivados sobre taxa de juro, sobre taxa de câmbio, sobre acções / índices, sobre mercadorias e de crédito. A exposição a este tipo de risco é assim transversal às diversas categorias: preço, taxa de juro, taxa de câmbio, volatilidade e mercadorias. O banco separa a exposição ao risco em duas categorias: comercial e não comercial.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCCO). O Conselho de Administração é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As carteiras de crédito comercial incluem as posições resultantes de transacções de mercado no qual o banco actua como elemento fundamental em relação ao cliente e ao mercado. As carteiras não comerciais relacionam-se com a gestão da taxa de juro de activos, de passivos de entidades bancárias. Carteiras não comerciais também incorporam os riscos cambiais e de capital decorrentes dos investimentos detidos até à maturidade e os disponíveis para a venda.

Risco cambial

O risco cambial é o risco de o valor de um instrumento flutuar em virtude da variação das taxas de câmbio.

O banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações das principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos seus fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabeleceu limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições "overnight" como diurnas, as quais são monitoradas numa base diária. O quadro abaixo resume a exposição do banco em termos de risco cambial, por moeda, à data de 30 de Junho 2015. Estão inclusos na tabela, os instrumentos financeiros do banco sobre os valores contábeis, que encontram-se categorizados por moeda.

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Activo						
Caixa e equivalentes de caixa	564,021	89,999	130,867	12,456	1,300,572	2,097,914
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	8,713	8,713
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	-	-	-	-	1,857,812	1,857,812
Créditos e adiantamentos a clientes	323,270	0	16	-	6,278,780	6,602,067
Contas a receber	4,828	-	388	-	76,139	81,355
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	44,105	44,105
Activos tangíveis	-	-	-	-	388,833	388,833
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	2,247	2,247
Activos intangíveis	-	-	-	-	42,070	42,070
Total do activo	892,119	90,000	131,271	12,456	9,999,271	11,125,116

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Passivo						
Depósitos e contas correntes	971,732	92,384	156,891	-	7,597,768	8,818,776
Credores e acréscimos de custos	(105,470)	(13,508)	(25,389)	24,911	513,617	394,161
Provisões	-	-	-	-	37,426	37,426
Passivos subordinados	38,970	-	-	-	-	38,970
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	6,666	6,666
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	12,522	12,522
Total do passivo	905,233	78,876	131,501	24,911	8,167,999	9,308,520

Capitais próprios

Capital social	-	-	-	-	1,459,547	1,459,547
Reservas	-	-	-	-	136,249	136,249
Resultados transitados	-	-	-	-	235,476	235,476
Total de capitais próprios	-	-	-	-	1,831,272	1,831,272

Exposição líquida - 30 de Junho de 2015

	(13,114)	11,124	(230)	(12,456)	14,676	-
--	----------	--------	-------	----------	--------	---

Exposição líquida - 30 de Junho de 2014

	3,840	(1,124)	1,033	(533)	(3,216)	-
--	-------	---------	-------	-------	---------	---

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Extrapatrimoniais						
Garantias	108,656	-	-	-	352,395	461,051
Cartas de crédito	79,177	8,466	-	-	-	87,643
Total	187,833	8,466	-	-	352,395	548,694
Saldo em 30 de Junho de 2015	174,719	19,590	(230)	(12,456)	367,071	548,694
Saldo em 30 de Junho de 2014	87,510	10,893	16,403	164	532,523	647,493

Risco Operacional

O Risco operacional resulta, essencialmente, de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, por comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização tais como legais e regulamentares.

Diferentemente de outros tipos de risco, o risco operacional é um risco que não é assumido deliberadamente durante a actividade. Existe em graus variados, em todas as actividades organizacionais. As principais fontes desse risco incluem:

- Fraude;
- Cumprimento dos regulamentos;
- Recrutamento;
- Formação e retenção de talento;
- Confiança nos processos operacionais;
- Segurança dos sistemas de informação;
- Subcontratação de operações;
- Dependência em fornecedores chave;
- Implementação de mudanças estratégicas;
- Erro humano;
- Qualidade dos serviços; e
- Impacto social e ambiental.



Relatório de Disciplina de Mercado

para o exercício findo em 30 de Junho de 2015

Montantes expressos em milhares de Meticals

O risco operacional pode ser dividido entre frequência elevada / severidade baixa, isto é, eventos que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o banco a um baixo nível de perdas; e baixa frequência / alta severidade, que constituem eventos que são por norma raros, mas que a sucederem podem acarretar perdas significativas para a organização.

O banco esforça-se por reduzir estes riscos através da manutenção de uma estrutura empresarial e de sistemas de controlo interno fortes, complementados por um sistema de valor saudável. A direcção é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, encontrando-se estes documentados em diversos manuais, os quais são objecto de revisão periódica por forma a contemplar alguma necessidade de mudança. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que tal seja aplicável.

A responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos que permitem mitigar o risco operacional é dos gestores seniores de cada unidade de negócio. Esta responsabilidade é suportada por procedimentos formais e informais, tais como:

- Segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Reconciliação e monitoramento de transacções;
- Cumprimento de requisitos legais e regulamentares;
- Documentação de controlos e procedimentos;
- Verificação periódica dos riscos operacionais e adequação dos controlos e procedimentos de mitigação dos riscos;
- Reporte regular das operações financeiras e operacionais e proposta de desenvolvimento do plano de contingências;
- Formação e desenvolvimento profissional; e
- Implementação de normas sobre ética

Participações Patrimoniais

30-06-2015 30-06-2014

Activos financeiros disponíveis-para-venda

Títulos de investimento - Participações financeiras não cotadas	30-06-2015	30-06-2014
	8,713	8,713

O saldo desta rubrica é decomposto como segue:

Investimento de 7.508 milhares de Meticals relativo a 2,45% do capital da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO). Esta participação está relacionada com a licença da SIMO que irá prestar vários serviços ao mercado interbancário. O investimento está valorizado ao método do custo uma vez que não é possível determinar o justo valor de forma fiável.

Investimento de 1.088 milhares de Meticals referente a 19,86% (constituído por 49 900 acções) na Sociedade InterBancos, S.A. Sociedade InterBancos é a entidade que gere a rede interbancária "Ponto24" em Moçambique que disponibiliza serviços através do cartão "Ponto24" ou VISA em terminais ATM e POS, assim como por Internet "NET.24" e telemóvel "MOBILE.24". O investimento está valorizado ao método do custo uma vez que não é possível determinar o justo valor de forma fiável.

Investimento de 0.117 milhares de Meticals adquirido em 2014, representado por 1 acção, na Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Globais (SWIFT) é uma sociedade cooperativa internacional, com sede em Bruxelas, com o objectivo de criar um canal de comunicação global entre seus participantes, bem como padronizar transacções financeiras internacionais.

Títulos de investimento - Participações financeiras não cotadas

	30-06-2015	30-06-2014
Saldo de abertura em 1 de Janeiro	8,713	8,596
Compra de títulos	-	117
Títulos vencidos	-	-
Movimento do justo valor	-	-

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juro é o risco de que os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem em virtude de alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor das taxas de juro é o risco de que o valor de um determinado instrumento financeiro se altere devido a variações nas taxas de juro do mercado. O banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis do mercado das taxas de juro, em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem sofrer aumentos como consequência desse tipo de flutuações mas pode também ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração estabeleceu limites relativos aos níveis de alteração das taxas de juro permitidos, sendo estes monitorados de forma regular pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCCO).

O quadro abaixo resume o grau de exposição do banco aos riscos da taxa de juro. Inclui instrumentos financeiros do banco em valores contabilísticos, categorizados pelo anterior de repactuação contratual ou datas de vencimento.

O actual ambiente de taxas de juros decrescentes continua a representar um risco significativo para a margem financeira do banco, sendo que uma descida de 200bp nas taxas de juros poderia causar uma redução de 13% (132.7 milhares de Meticals) na receita líquida de juros (102.8 milhares de Meticals em 30 de Junho de 2014). Um

aumento de 200bp nas taxas de juros poderia causar um acréscimo de 13% (132.7 milhares de Meticals) na receita líquida de juros (102.8 milhares de Meticals em 30 de Junho de 2014).

Análise da maturidade dos activos e passivos com base no valor presente dos pagamentos futuros:

30 de Junho de 2015	Prazo até vencimento					Sem juros	Total
	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	Acima de 1 ano			
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	427,362	-	-	-	-	1,670,552	2,097,914
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	-	8,713	8,713
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	560,000	542,410	563,402	192,000	-	-	1,857,812
Créditos a clientes	2,138,456	232,015	205,315	4,026,282	-	-	6,602,067
Contas a receber	-	-	-	-	-	81,355	81,355
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	44,105	44,105
Activos tangíveis	-	-	-	-	-	413,331	413,331
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	2,247	2,247
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	17,572	17,572
Total do activo	3,125,818	774,425	768,717	4,218,282	2,237,875	11,125,116	
Passivos							
Depósitos e contas correntes	6,568,017	939,024	1,311,735	-	-	-	8,818,776
Credores e acréscimos de custos	-	-	-	-	-	379,485	379,485
Provisões	-	-	-	-	-	37,426	37,426
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	6,666	6,666
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	12,523	12,523
Passivos subordinados	-	-	-	38,970	-	-	38,970
Total do passivo	6,568,017	939,024	1,311,735	38,970	436,099	9,293,845	
Exposição líquida - 30 de Junho de 2015	(3,442,199)	(164,599)	(543,018)	4,179,312	1,801,776	1,831,272	

Análise da maturidade dos activos e passivos com base no valor presente dos pagamentos futuros

30 de Junho de 2014	Prazo até vencimento					Sem juros	Total
	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	Acima de 1 ano			
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	1,092,499	-	-	-	-	1,133,900	2,226,399
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	-	8,596	8,596
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	50,000	475,000	175,000	312,812	-	-	1,012,812
Créditos a clientes	2,403,465	54,734	284,711	3,092,907	-	-	5,835,817
Contas a receber	-	-	-	-	-	94,718	94,718
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	32,606	32,606
Activos tangíveis	-	-	-	-	-	365,606	365,606
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	3,450	3,450
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	16,364	16,364
Total do activo	3,545,964	529,734	459,711	3,405,719	1,655,240	9,596,368	
Passivos							
Depósitos e contas correntes	5,589,012	829,761	1,100,333	-	-	-	7,519,105
Credores e acréscimos de custos	-	-	-	-	-	372,765	372,765
Provisões	-	-	-	-	-	8,669	8,669
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	12,862	12,862
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	31,320	-	-	31,320
Total do passivo	5,589,012	829,761	1,100,333	31,320	394,295	7,944,720	
Exposição líquida - 30 de Junho de 2014	(2,043,048)	(300,027)	(640,621)	3,374,399	1,260,945	1,651,648	

Risco de Liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de o banco ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do banco alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor para fazer face a um compromisso. Em situações extremas, a falta de liquidez pode resultar na redução do balanço e alienação de activos, ou potencialmente na incapacidade de cumprir com a concessão de empréstimos acordados. O risco de que o banco não tenha condições de fazer é inerente em todas as operações bancárias e isso pode ser afectado por uma série de eventos de instituições específicas e do mercado, incluindo, mas não limitado a, eventos de crédito, actividade de fusão e aquisição, choques sistémicos e desastres naturais.



Relatório de Disciplina de Mercado

para o exercício findo em 30 de Junho de 2015

Montantes expressos em milhares de Meticals

Avaliação e gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é efectuada de forma centralizada para todas as moedas. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez são, maioritariamente, ultrapassados por via de operações concretizadas com a empresa mãe e com as instituições de crédito inscritas no sistema de operações de mercado junto do Banco de Moçambique. A gestão da liquidez é gerida pela equipa do departamento de tesouraria do banco, a quem cabe a responsabilidade de gerir o esforço de acesso aos mercados, assegurando a conformidade dos limites de liquidez definidos a nível orçamental. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios, que possibilitam a cobertura dos mesmos. Em 30 de Junho de 2015, o Rácio de Liquidez era de 115,04% (30 de Junho de 2014: 115,94%). Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Moçambique.

Activos detidos para gestão do risco de liquidez

Os activos disponíveis destinados à cobertura dos passivos e cobertura dos compromissos de empréstimos assumidos incluem os valores em numerário, depósitos junto ao Banco Central, itens relacionados com as cobranças e outros elegíveis, empréstimos e adiantamentos aos bancos e aos clientes. No decurso normal dos negócios, a proporção dos empréstimos a clientes, contratualmente reembolsáveis no prazo de um ano será alargado. Adicionalmente, alguns títulos de tesouraria e outras facturas foram utilizados para cobrir determinados passivos. o banco pode ultrapassar situações de falta de liquidez com a venda de títulos de tesouraria ou com a obtenção de empréstimos.

Os quadros abaixo indicam a situação de liquidez total do banco, tal como apresentada à direcção, numa base de fluxo de caixa descontado.

Até 30 de Junho de 2015	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Activos não líquidos	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	1,529,802	345,584	-	222,528	-	-	2,097,914
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	-	8,713	8,713
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	560,000	542,410	563,402	192,000	-	-	1,857,812
Créditos a clientes	2,138,456	232,015	205,315	2,013,229	2,013,053	-	6,602,067
Contas a receber	-	-	-	43,707	-	37,647	81,355
Activos por impostos correntes	-	-	44,105	-	-	-	44,105
Activos tangíveis	-	-	-	413,331	-	-	413,331
Activos por impostos diferidos	-	-	-	2,247	-	-	2,247
Activos intangíveis	-	-	-	17,572	-	-	17,572
	4,228,258	1,120,009	812,822	2,904,614	2,013,053	46,360	11,125,116

Até 30 de Junho de 2015	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Passivos não financeiros	Total
Total dos capitais próprios e passivo							
Depósitos e contas correntes	6,568,017	939,024	1,311,735	-	-	-	8,818,776
Credeiros e acréscimos de custos	-	379,485	-	-	-	-	379,485
Provisões	-	-	37,426	-	-	-	37,426
Passivos subordinados	-	-	-	38,970	-	-	38,970
Passivos por impostos corrente	-	-	6,666	-	-	-	6,666
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	12,523	-	-	12,523
Total de capitais próprios	-	-	-	-	-	1,831,272	1,831,272
	6,568,017	1,318,509	1,355,827	51,493	-	1,831,272	11,125,116
Varição líquida - 30 de Junho de 2015	(2,339,759)	(198,500)	(543,004)	2,853,122	2,013,053	(1,784,911)	-
Varição líquida - 30 de Junho de 2014	(1,512,054)	(306,043)	(629,546)	2,533,132	1,517,284	(1,602,775)	-

Itens não reconhecidos no Balanço

(a) Garantias bancárias

Os compromissos de empréstimos assumidos pelo banco perante os seus clientes e os montantes contratualmente envolvidos encontram-se divulgados no quadro abaixo.

(b) Outros compromissos de crédito

Informações sobre outros compromissos de crédito encontram-se divulgados no quadro abaixo.

(c) Obrigações do leasing operacional

Nas situações em que o banco é locatário, os pagamentos mínimos, dos contratos que não poderão ser cancelados, encontram-se divulgados no quadro abaixo.

Quando o banco é o locatário, os futuros pagamentos mínimos da locação segundo locações operacionais não canceláveis estão resumidas na tabela abaixo.

Até 30 de Junho de 2015	Inferior a 1 ano	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Garantias	458,730	2,322	-	461,052
Cartas de crédito	87,643	-	-	87,643
Linhas de crédito não utilizadas	921,830	-	-	921,830
Compromissos relativos a locação operacional	22,893	47,031	-	69,924
Despesas de capital	246,004	-	-	246,004
	1,737,100	49,353	-	1,786,453

Até 30 de Junho de 2014	Inferior a 1 ano	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Garantias	561,340	267	1,405	563,012
Cartas de crédito	84,480	-	-	84,480
Linhas de crédito não utilizadas	760,941	-	-	760,941
Compromissos relativos a locação operacional	30,505	60,403	-	90,908
Despesas de capital	246,004	-	-	246,004
	1,683,270	60,670	1,405	1,745,345

